

CORREIO-REAL

Boletim da Causa Real produzido pela Real Associação de Lisboa

7

ABRIL 2012

**S.A. a Senhora
Dona Maria Adelaide
de Bragança,
Infanta de Portugal
1912 – 2012**



Entrevista

António Filipe Pimentel

"Em Portugal em vez da luz disputa-se a sombra
que é de onde provém o verdadeiro poder!".



CAUSA REAL

Dois editoriais

TÊM OS LEITORES NAS MÃOS mais um número do *Correio Real*. O primeiro desde que assumi as funções para que fui eleito na Real de Lisboa. É também o primeiro que pretende chegar a todos os associados da Causa Real. Estas duas novidades não significam nada de substancialmente diferente. Primeiro, porque o mandato dos novos órgãos sociais da Real de Lisboa é, assumidamente, de continuidade. Depois, porque o *Correio Real* é apenas um dos instrumentos de que a Causa Real se serve para ocupar um espaço e para criar rede entre todos os que, por todo o País, se revêem na Instituição Real.

Hoje, mercê da difícil conjuntura que vivemos, sentimos haver um ambiente favorável à expressão das nossas ideias. Há quem não consiga ver para além do que é urgente. Preferimos focar-nos no que é importante. Nós falamos do Estado, não de mercearia. Falamos do País, da Pátria, da nossa Nação, que tem mais de oito séculos de História. Não nos preocupam os tostões. Nós falamos da nossa cultura, do nosso património histórico, arquitectónico e humano. Falamos da nossa terra. Não queremos saber de subsídios. Falamos de uma maneira muito própria de ser, das nossas tradições, das nossas gentes. Falamos, no fundo, de pessoas. Não falamos em défices. Nós falamos de Futuro e de Esperança. Não falamos apenas das glórias antigas ou das catástrofes de hoje. Falamos de nós e do que cada um de nós pode fazer pela restauração de Portugal, que não apenas da Monarquia.

Nunca deixaremos de ser o que somos. Por maiores que sejam as tormentas, nunca se porá em causa a nossa identidade. O que está em perigo é a nossa independência. Mas não é esta a primeira vez. Hoje, ou amanhã, como ontem, temos de saber reagir. E contamos, nessa reacção, com a força inspiradora da Instituição Real. Hoje, muito mais do que ontem, precisamos de uma referência na Chefia do Estado. Precisamos de um Chefe de Estado que seja mais do que ele próprio. Que seja ao mesmo tempo ele e todos os que o antecederam. Que seja a face humana da nossa intemporalidade nacional. Precisamos de uma instituição que saiba ter razão antes do tempo. Que saiba descortinar a razão que está para além do tempo. Precisamos de um Chefe de Estado independente e que represente, com inabalável legitimidade histórica, cada um de nós e o que somos enquanto Povo. Precisamos, no contexto europeu e nas malhas da política internacional, da força magnética da Coroa e da sua capacidade de afirmação dos nossos valores. Só a Coroa verdadeiramente conseguirá unir os portugueses e até todos quantos sonham em portugueses. **NUNO POMBO** *Presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa*



Real Associação de Lisboa
Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.
1200-243 Lisboa
www.reallisboa.pt
Atendimento de segunda a quinta-feira,
das 15 às 18 horas
Telefones [+351] 21 342 8115, 21 342 9702
Fax [+351] 21 342 8116
secretariado@reallisboa.pt

Correio Real
Director: Nuno Pombo
Chefe de redacção: João Távora
Redacção: Duarte Calvão, José Maria Tavares de Almeida
Design e edição: Vasco Rosa
Capa e publicidade institucional: Paulo Correia
Produção: Sinapse Media
Impressão: Novagráfica do Cartaxo
2650 exemplares
Todos os anteriores números do boletim em PDF,
www.reallisboa.pt

O NÚMERO SETE É UM NÚMERO ESPECIAL. Omnipresente e determinante no nosso dia-a-dia, aparece histórica e globalmente com uma grande carga mística que se alastra, conscientemente ou não, aos dias de hoje.

O mundo foi criado em seis dias, reservando Deus o sétimo para seu descanso. A nossa semana tem sete dias. O mundo é formado por sete grandes massas geográficas. Na antiguidade havia sete mares navegáveis e sete maravilhas. Há sete cores no arco-íris, sete notas musicais, e as artes são sete. Porque é que a Branca de Neve tem sete anões? Para os crentes, o Menorah tem sete braços, os hindus conhecem sete iógas, na Igreja Católica há sete sacramentos, sete pecados capitais, sete bem-aventuranças, e por aí fora.

Para Pitágoras o sete era o número sagrado, perfeito entre todos os números. Macróbio insere a numerologia pitagoreana na filosofia natural e considera o número sete a base de tudo, formando um elo inquebrável que segura os elementos do corpo humano e de todo o tecido universal. Cícero chama-lhe «a Chave do Universo». Um número com imenso poder.

Numa altura em que a Causa Real se prepara para conquistar os Portugueses de uma forma aberta e sistemática para uma alternativa Real para o futuro do nosso País, torna-se fundamental fortalecer os laços e as bases que unem aqueles que já acreditam, convictamente, nessa opção. O *Correio Real*, nesta sua sétima edição, é o nosso primeiro passo nesse sentido. Oxalá, este número sete venha a revelar-se uma chave importante, ajudando-nos a criar esse «elo inquebrável» entre os nossos militantes. **LUÍS LAVRADIO**
Presidente da Causa Real

Depois da renovação gráfica, o *Correio Real* estreia agora duas novas secções: Biblioteca, sobre livros recentes; e Novos Sócios, inquérito a monárquicos que decidiram há pouco filiar-se nas Reais Associações. A inserção de publicidade vai também ajudar-nos a melhorar a periodicidade e a qualidade do nosso boletim. **JOÃO TÁVORA** *Chefe de redacção*

{ 7 }

- 4 In Memoriam: Infanta D. Maria Adelaide de Bragança — Rev. P.^e Pedro Quintela
Entrevista
- 6 António Filipe Pimentel: «É muito fácil tornar a Monarquia numa causa política»
— Duarte Calvão e João Távora
Opinião e Debate
- 11 O nosso Movimento — Jorge Leão
- 12 Contra a fragmentação da identidade — Samuel de Paiva Pires
- 14 Escola para a submissão — João Távora
- 15 Resistência monárquica, 1929-65 — José Adelino Maltez
Biblioteca
- 20 *Monarquia? Em busca de um caminho para Portugal*, de António de Sampayo e Mello
— Nuno Pombo
- 21 *Gonçalo Ribeiro Telles. A Fotobiografia*, de Fernando Santos Pessoa — Vasco Rosa
Noticiário
- 22 Lisboa Realista arrancou no Centro Nacional de Cultura
Novos Sócios
- 23 Nuno Miguel Guedes

INFANTA D. MARIA ADELAIDE DE BRAGANÇA, 1912-2012

O testemunho de que fomos testemunhas

Rev. P.^e Pedro Quintela

No dia 31 de Janeiro último, fui convidado a saudar a Senhora Infanta Maria Adelaide de Bragança van Uden por ocasião da festa dos seus 100 anos de vida. Fi-lo com muita alegria e gratidão, por sentir que estávamos reunidos não apenas para homenagear a Senhora Infanta na raridade biológica dos seus 100 anos mas, mais ainda, para agradecer tudo quanto a vida da Senhora D. Adelaide nos deu e tornou presente. Porque esta sempre foi a vocação que a Providência assinalou ao sangue real: não só representar, como um delegado, mas tornar presente na realidade, como um rei. E mais importante do que representar é estar presente. É saber fazer presente.

A Senhora Infanta sempre soube o que representava. Sabia-se nascida com uma distinção que lhe vinha do sangue, mas nunca a viveu como frivolidade, pretensiosismo ou arrogância. Tão-pouco como ressentimento, ou indisponibilidade e tristeza, face à sorte ou à menor fortuna. E sempre procurou tornar presente o que representava. Presente com esse sentido da autoridade como serviço perante os homens. Presente também no entendimento do poder como responsabilidade de um perante todos e a favor de todos e de cada um.

Por isso, é justo recordar a aliança dos povos com os Reis que celebraram núpcias indissolúveis com o destino das suas gentes, sendo igualmente forçoso lembrar a devoção aos Príncipes cuja herança foi honrar a bandeira que lhes havia sido confiada. Assim, não nos é difícil reconhecer na Senhora Infanta, no testemunho da sua existência, a nobreza de uma vida em que aquilo que foi recebido como distinção do nascimento se tornou confirmação e testemunho, com a dimensão da sua própria vida, frugal e modesta.

A Senhora D. Adelaide deu, pois, o testemunho de ser uma Infanta de Portugal, promovendo a memória, como quem sabe que o que torna venerável a tradição não é o hábito mas o passar de coração a coração, de vida a vida, o melhor que recebemos, o melhor que pretendemos entregar aos que amamos e que chegaram depois de nós, e que desejamos sigam ricos, assim, com idêntico património.

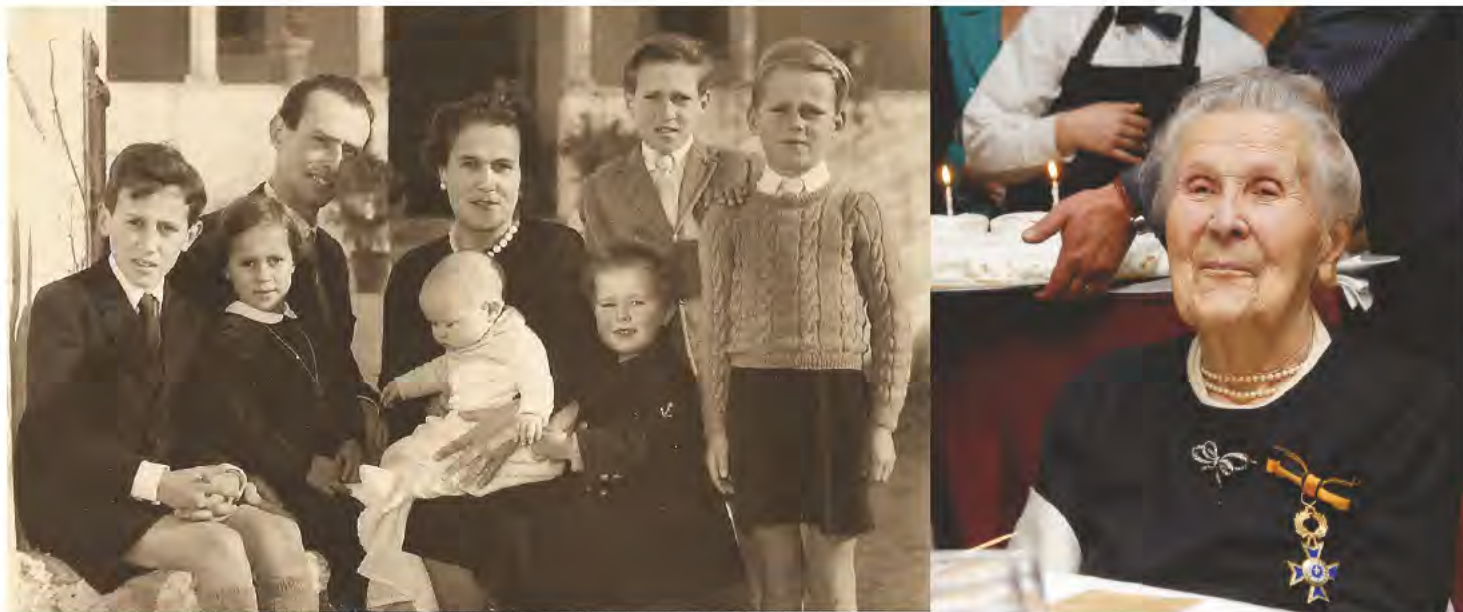
A vida da Senhora Infanta foi também um significativo testemunho de fé católica apostólica romana. Uma fé tornada obra. E lembro uma afirmação de Von Balthasar, encontrada num escrito do Cardeal Ratzinger, onde se diz que no testemunho «não se trata de fazer-se valente com fanfarronices, mas, isso sim, de ter verdadeiro valor cristão para expor-se.» E como se expôs, a Senhora D. Adelaide.

De facto, a Senhora Infanta nunca foi dada a fanfarronices. Aliás, sempre preferiu, aos desfiles e aos cortejos enfeitantes, os passos decididos em direcção à barraca de algum pobre; à ostentação das biografias, por vezes reescritas fantasiosamente, o desejo de relações simples e autênticas; à frivolidade, onde quer que nascesse e se mostrasse, e ao calculismo dos negócios, a honra do combate. Combate, sim. O bom combate. O combate da fé. O combate pela Pátria, também. Pela Pátria percebida como uma dádiva de Deus em favor de um povo, mas sem ódio a nenhum outro povo. Combate, sempre, pelo compromisso social de quem pode, em favor de quem não pode, de quem deve, a quem é devido, na fidelidade imensa a esse nome maior do amor que é a Caridade.

E como a Senhora Infanta correu riscos ao expor-se. Todos ouvimos falar das aventuras da Senhora D. Adelaide na Áustria, durante a Segunda Grande Guerra, e da obra de

Sabia-se nascida com uma distinção que lhe vinha do sangue, mas nunca a viveu como frivolidade, pretensiosismo ou arrogância.

IN MEMORIAM



Com o marido, Dr. Nicolaas van Uden, e os filhos Adriano, Nuno, Francisco, Filipa, Miguel e Maria Teresa. Um momento especial, no dia em que fez 100 anos, com a insígnia da Ordem do Mérito.

Evangelho lançada no Porto Brandão, perto de Lisboa. Correr o risco de se expor, sim, sem delapidar nenhuma das convicções veementes que sempre a animaram.

Das muitas com que foi agraciada, a mais importante qualidade espiritual, e portanto corporal e incarnada, da Senhora Infanta era a de saber ouvir: ouvir no coração o amor de Deus, tornado fé e esperança. E como não perguntarmo-nos pela razão de ser de tanto sossego e reconciliação nos dias tornados anos, e nos anos revividos 100 vezes nos dias entregues a amar o Mundo, a ouvir as suas dores e perigos, rezando-nos a todos, rezando tudo; esse ouvir, também, a memória tornada decisão na história de um povo, lugar onde se escolhe por onde ir e com quem ir; esse muito bem ouvir, portanto, com os olhos e as mãos, o clamor dos afligidos, bem como a ordem interior que manda sempre realizar qualquer coisa de concreto no exterior; esse ouvir muito bem, enfim, por entre tanto torpedear e tropeço, essa voz certa, segura e verídica do Senhor, que permitiu que os muitos dias de uma vida tão cheia tivessem sido muito vivos, na humildade e na paz.

Quis Deus Nosso Senhor chamar à Sua presença a Senhora Infanta na primeira sexta-feira da Quaresma. De algum modo, a última missão que a Providência assinalou aos seus últimos anos foi esta: a de viver em Quaresma, apresentando todos, tudo, tantas vezes, nas suas súplicas e intercessão; esmolando a misericórdia e a vida da fé que depois distribuía no seu sorriso pacificado e jejuando na intensa intenção de comungar do único banquete para o qual desejava muito ser convidada, sem rebeldias nem angústias deprimentes.

Daí que perante a vida da Senhora Infanta nos apercebamos do que é a honra no seu sentido cristão.

Honra: não perder a identidade.

Melhor: fazer crescer a identidade, abrindo-a a todas as possibilidades que traz em si.

A honra de uma disciplina: a mão que cumpre o coração.

A honra da caridade: o coração que se cumpre em adoração visível e em gestos de amor.

A beleza da honra: uma vida que se cumpre.

«É muito fácil tornar a Monarquia numa causa política»

Entrevista a António Filipe Pimentel

Falámos com António Filipe Pimentel, 52 anos, doutorado em História de Arte, Professor da Universidade de Coimbra, Director do Museu Nacional de Arte Antiga. Uma versão alargada desta entrevista pode ser lida em www.reallisboa.pt

Como é gerir um Museu em tempo de crise?

É profundamente difícil. Sobretudo quando o que se tenta fazer não é apenas gerir, mas mudar de paradigma. O MNAA é um equipamento de uma notável qualidade, com uma excelente equipa e que pode e deve ter um papel central na vida do País, mas que, em boa parte, se ancorava num modelo do século XIX. O Museu estava vocacionado centralmente para a preservação do acervo, com uma subsidiária e irregular projecção nos domínios da programação. E mudar isso, sem respaldo financeiro, foi um grande desafio. Transformá-lo num equipamento cultural de referência, com uma aposta estratégica na internacionalização e na inovação tecnológica, assente numa programação cerrada e numa ligação estreita à economia do turismo, é um trabalho homérico. E fazemo-lo a partir de orçamento zero.

Os patrocínios acabaram?

Não. É deles que vivemos. Em dois anos fizemos cerca de vinte exposições, algumas com circulação internacional, como As Tapeçarias de Pastrana ou Primitivos Portugueses, esmagadoramente com patrocínios e parcerias. Mas é, obviamente, uma gestão de muito esforço.

É possível fazer uma gestão contemporânea da Arte Antiga?

Claro. Nós estamos na contemporaneidade. Temos de pegar no nosso património,

que cumpre uma missão identitária fundamental, e comunicá-lo de forma contemporânea. Não é difícil ter o ponto certo de equilíbrio para não travestir de contemporâneo aquilo que vive exactamente do valor e do prestígio da História que encerra, mas tornando-o atraente e pedagógico para públicos contemporâneos.

Há alguma diferença na gestão de museus de arte contemporânea e de museus tradicionais?

O que existe é uma capacidade patrimonial, os equipamentos contemporâneos não dependem do Estado e têm uma agilidade administrativa enorme. De um lado temos equipamentos contemporâneos bem organizados, bem estruturados, mas de acordo com uma lógica empresarial e com capacidade de autonomia, e do outro temos equipamentos patrimoniais ligados ao Estado, com uma lógica de administração pública e subnutridos do ponto de vista orçamental. A espargata faz-se aqui, por haver uma capacidade extraordinariamente desigual de ir à luta e de criar públicos. A própria lógica privada faz com que seja muito mais fácil criar recursos humanos adequados àquilo que se está a fazer, enquanto nos Museus da administração pública se trabalha com recursos humanos na maior parte das vezes adaptados a funções para os quais não foram formados, não foram treinados, não foram previstos, etc.

Temos pintores de prestígio internacional, para além dos do século XX?

Temos. Falta-nos é a promoção da cultura. Para que haja uma consciência histórica é necessário que haja historiadores. A consciência da História depende da visão que temos. A História, em si, morreu. Na arte temos uma tardia máquina de investigação capaz de

A conservação da República em Portugal é um sintoma de uma nossa velha doença: não se disputa a luz no palco da nossa vida pública, disputam-se as sombras.



Seis escolhas do director do Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa

Quais os três pintores portugueses menos conhecidos, cujas obras podem ser vistas no MNAA, que recomenda?

Gregório Lopes, Diogo Contreiras, Cristóvão de Moraes.

Quais os três museus portugueses menos conhecidos, que recomenda?

Museu Grão Vasco, em Viseu, Museu de Arte Sacra do Funchal, Museu Municipal de Portalegre (abre no próximo mês).



*Adoração dos Magos, de Gregório Lopes e Jorge Leal (1520-25).
Pormenor. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, inv. 5 Pint.
Fotografia de José Pessoa. © DDF, Instituto Português de Museus.*

ENTREVISTA

reconhecer a qualidade das coisas e de as promover. E depois a ausência de estratégia pública no sentido do valor económico, se assim quisermos dizer, do património.

Passemos à questão monárquica. Como vê a diferença entre o regime republicano e a instituição monárquica?

A conservação da República em Portugal é um sintoma de uma nossa velha doença: não se disputa a luz no palco da nossa vida pública, disputam-se as sombras, que é de onde provém o verdadeiro poder. Ora, a instituição monárquica vive da exposição, da luz.

Mesmo para um republicano, o semipresidencialismo português tem uma certa disfunção. Temos a eleição directa para Presidente da República, que não há em Repúblicas como a alemã ou a italiana, mas não a presidencialização do regime como existe nos Estados Unidos e, cada vez mais, em França.

A Itália continua a ser o somatório das regiões que compunham a antiga Itália, não unificada. O papel da administração central é reduzido. O protagonista é o Primeiro-Ministro e o Presidente da República é uma personagem praticamente apagada. Na Alemanha a mesma coisa. As regiões têm uma força na federação que depois não necessita dessa representação antropológica colectiva. Portugal não tem problemas identitários. Temos uma clara consciência nacional. Portanto, essa representação antropológica é fundamental. Com um sistema presidencialista desaparece o Governo e toda a responsabilidade se centraliza no próprio Presidente. Em Portugal daria mau resultado. Com o sistema oposto, o Presidente apaga-se e o país fica órfão, porque fica à mercê do Governo, sem que a oposição se sinta representada no sistema.

Nós, para o melhor ou para o pior, tivemos mais de sete séculos de Monarquia e uma história atribulada de República, que foi confundida com a implementação da democracia, o que é falso. A I República foi aos trambolhões no sentido do caos, aprofundando o quadro crítico da Monarquia Constitucional.

O chamado Parlamentarismo.

E com ciclos cada vez mais curtos. Nem havia verdadeira liberdade de expressão. O regime constitucional (1834-1926) faliu. Depois veio o Estado Novo. Com o 25 de Abril o que está em causa não é Monarquia ou República, é a Liberdade e a Guerra de África. Nessa altura, a Causa Monárquica estava colada ao sistema acabado de derrubar e não tinha expressão política autónoma. O PPM tenta colar a ideia monárquica ao novo quadro democrático, e aí foi inteligente.

Quando é que a questão do regime se coloca?

Só se pode colocar agora, como o coroar do próprio sistema democrático. A democracia só estabiliza em Portugal com a União Europeia. Foi a Europa que pagou o que chamamos democracia. Agora a Europa deixou de pagar e vamos ver como é que conseguimos fazer sobreviver a democracia. Esta é uma fragilidade do nosso quadro constitucional, pela ausência de uma representação antropológica aglutinante, que permita distinguir o que é precário do que é duradouro. Os Governos gerem o horizonte curto. O País, a Nação, são um projecto de longo curso. E este processo dinâmico necessita de ter projecção na arquitectura jurídico-política, onde ao chefe do Estado compete mobilizar as energias nacionais na superação dos obstáculos, em permanente cooperação com o trabalho governativo, cuja legitimidade é regularmente escrutinada. A existência de dois órgãos de soberania com legitimidades idênticas no valor, mas paralelas, quando não contraditórias, constitui fonte perpétua de conflitualidade, da qual, aliás, a chefia do Estado, na sua forma actual, obviamente depende. E essa conflitualidade é um entrave ao desenvolvimento, quando não lesiva do interesse nacional.

Quando nasceu a sua consciência monárquica?

No início da adolescência, quando se começa a acordar para o sentido da História. Tinha 15 anos no 25 de Abril. Foi exactamente nessa altura de transição.

*Na altura em que era estudante protagonista, juntamente com um punhado de aventureiros, a res-
tauracão das tradições académicas em Coimbra, interrompidas na crise de 1969. Isso mostrou que a tradição é um elo de coesão fundamental.*

ENTREVISTA

Inscreveu-se no PPM?

Não. Sempre discordei intuitivamente e cada vez mais racionalmente da existência de um partido monárquico. Sempre achei, como a maioria dos monárquicos, que um voto no PPM era um voto perdido. Os monárquicos estão espalhados pelo espectro partidário e é onde devem estar.

Ser monárquico trouxe-lhe problemas?

Não me trouxe mais problemas que o resto. Na altura em que era estudante protagonizei, juntamente com um punhado de aventureiros, a restauração das tradições académicas em Coimbra, interrompidas na Crise de 1969. Elas aí estão consolidadas e, descontados alguns excessos praxísticos que nada têm a ver com elas, demonstrando como a tradição é um elo de coesão fundamental. No meio daquilo tudo, eu ser monárquico era mais uma cereja em cima do bolo.

A percepção racional das coisas não me inibe de perceber o valor estratégico que a tradição tem do ponto de vista racional. É profundamente irracional não perceber que o irracional existe. O António Damásio estudou isso. O Erro de Descartes é imaginar a humanidade a gerir-se apenas por pressupostos de natureza racional. Muito mais, aliás, se gere por pressupostos emotivos. Em democracia, é essencial aglutinar esse lado afectivo a favor do bem comum, no respeito pela liberdade. É preciso defender as sociedades dos aventureirismos paternalistas que possam, em circunstâncias de crise, ocorrer. Todo o quadro constitucional é belíssimo para um quotidiano feliz, mas só se testa em circunstâncias adversas.

A unidade nacional é uma questão de afectos...

Claro. A Clara Ferreira Alves escreveu isso num texto chamado «Reis e Políticos», na sua coluna do *Expresso*, A Pluma Caprichosa, quando foi cobrir o casamento da Infanta Helena de Espanha. Como é inteligente, em vez de fazer crónica social, viu o que estava a acontecer. Era o fim do ciclo Felipe González. Ela viu desconvocar, por espontânea ini-

ciativa dos sindicatos, uma greve geral que iria pôr em causa muitos serviços, projectando uma péssima imagem de Espanha. Depois descreveu a entrada na Catedral de Sevilha, o afecto em torno da família real contrastando com as vaías ao Governo. Escreveu uma coisa deste género: os países precisam de um espelho limpo em que se possam reflectir, daí a necessidade da exemplaridade da Coroa, para que, quando deixarem de acreditar no imediato, continuem a ter a esperança de que, apesar de tudo, a mácula não tocou o coração das coisas, sendo possível voltar a construir tudo. E isso parte da figura do Monarca. Ele vive num quadro constitucional entre a *auctoritas* e a *potestas*. O Rei quer manter-se no território da *auctoritas*, no território do valor moral. A monarquia promove a junção harmónica do livre-arbítrio com o que é imanente, que é exactamente o que existe no indivíduo. O que nos realiza na nossa dignidade é o livre-arbítrio, e isso é essencialmente bom do ponto de vista ético, mas não é garantia de sucesso. Se fosse, não havia falências nem divórcios. As melhores intenções podem gerar resultados perversos e, quando é assim, temos de nos refugiar no que é imanente, na nossa identidade. Isso, não elegemos. Não elegemos o nosso ADN, não elegemos ser portugueses, nem os nossos pais nem o clima que temos. É fundamental a harmonia entre o que é imanente, o que não depende de nós, e aquilo que nós controlamos.

Como dizia José Adelino Maltez, um sistema democrático, que é conflitual por si, necessita do vector unificador... Os presidentes reclamam esse papel, não conseguem é tê-lo.

Claro. Tendemos a olhar para o mundo que nos rodeia como se ele tivesse sido sempre assim. Não foi. A relação da Instituição Real não é com o Estado. É com a Nação, que é uma coisa diferente. O Estado só nasce depois do século xv. A Monarquia é muito anterior a isso, tornando-se na personificação do Estado, quando ele nasceu. E o Estado está a transfigurar-se. A União Europeia, a alienação da

A relação da Instituição Real não é com o Estado. É com a Nação, que é uma coisa diferente.

O Estado está a transfigurar-se. A União Europeia, a alienação da soberania, vai diluir o Estado tal como o conhecemos. Ou temos uma âncora constitucional que assegure a sobrevivência de Portugal como Nação coesa, ou acompanharemos a erosão do Estado.

ENTREVISTA

soberania, vai diluir o Estado, tal como o conhecemos. Ou temos uma âncora constitucional que assegure a sobrevivência de Portugal como Nação coesa ou acompanharemos a erosão do Estado. Acresce que ninguém duvida da mais-valia que constituiria para Portugal a existência de um Monarca na relação com o mundo por que passámos. Essa relação só pode ser ética, afectiva, histórica. A única instituição que o pode fazer é a Coroa. É o que se passa entre a Espanha e a América Latina. Acho espantoso como é que sociólogos e antropólogos não estudam isto. Que sentido dar ao milhão de pessoas nas ruas de Londres a celebrar o Jubileu da Rainha? Essas pessoas «festejavam-se» na Rainha.

Por que razão a ideia de Monarquia aparece como opção conservadora e tem dificuldade em emergir como questão política?

A culpa é nossa. No 25 de Abril, a Questão

Monárquica não existia. A democracia trouxe — entre outras coisas — a liberdade de expressão e isso deu voz ao Senhor Dom Duarte e deu espaço para um regresso da ideia. Não há ninguém que não o reconheça na rua. Isso é uma força política absolutamente extraordinária, se bem aproveitada. A partir daí, é ideias, estratégia e trabalho — muito trabalho, claro.

As Reais Associações e a Causa Real estão a desempenhar um bom papel?

Acho, honestamente, que todas elas têm de fazer infinitamente mais. As Reais Associações têm de aprofundar mais e mais as suas ligações à sociedade e, repito, é preciso ideias, estratégia e muito trabalho.

Entrevista de Duarte Calvão e João Távora,
editada por Nuno Pombo.

Loja online

www.reallisboa.pt

Prepare já as suas compras



O nosso Movimento

Jorge Leão

jorgeleao@jorgeleao.pt

Há cento e dois anos, sobretudo por omissão e inércia dos monárquicos, cerca de 2 por cento de portugueses conseguiram instaurar a república. Hoje, nós, monárquicos, somos muitos mais do que os republicanos da altura — seguramente muitos mais do que cem mil, num universo de dez milhões.

Há monárquicos em todos os partidos políticos, da direita à esquerda; e apenas uma diminuta parte deles aderiu ou votou no Partido Popular Monárquico. Aliás, enquanto tal, o PPM sempre se afirmou pelo seu programa de governação e nunca como partido para restaurar a monarquia. Em 1974, foi importante afirmar a existência de monárquicos, mas actualmente é essencial divulgar e esclarecer que os monárquicos votantes são em número muito superior aos votos no PPM. Desde logo pela sua pública e notória proliferação em todo o espectro político, o que evidencia que o ideal monárquico é por excelência suprapartidário, e não se esgota num movimento, nem é um partido.

A quase bancarrota do País, com as dificuldades e sacrifícios que afectam a generalidade da população, leva a questionar se o regime vigente será o melhor. Afinal, a república nunca foi sufragada, nem alguma vez nos foi perguntado se preferimos um rei ou um presidente. Porém, nas respostas sobre se estaríamos melhor com uma Instituição Real, fica patente muita confusão e desinformação sobre a Monarquia que defendemos.

Deve ficar claro que os monárquicos de hoje não visam restaurar privilégios antigos, nem a monarquia do século XXI precisa de corte e séquito, como se observa nas monarquias modernas europeias, todas reconhecidas como constitucionais e democráticas e onde predomina um superior nível de vida.

Esse esclarecimento é um dever dos mo-

nárquicos em geral, e em especial da Causa Real e das Reais Associações. E poderemos demonstrar que a Instituição Real em Portugal traria vantagens evidentes para o País.

Devemos aproveitar a insatisfação política, que é geral, para uma melhor divulgação da nossa causa.

Para tanto é indispensável que sejam postas de lado as contradições e querelas inúteis, que nos enfraquecem, dando prioridade ao que verdadeiramente nos une. É vital dar um sinal interno de força e união para fora, o que implica debater as divergências em privado, manter os temas fracturantes afastados dos holofotes (evitando ataques desnecessários), usar as redes sociais para enaltecer as nossas acções positivas, sustentar optimismo, esforçar-nos por nos tornarmos um movimento de bases e captar estudantes e jovens trabalhadores. Se a juventude aderir em força, quem nos poderá parar?

Sigamos o grande exemplo de dever e empenho que ss. AA. RR. os Duques de Bragança nos dão a todos.

Urge divulgar uma doutrina monárquica moderna e acessível, que desmistifique os dogmas contra o nosso Movimento e a Monarquia. É necessário que os monárquicos se inscrevam nas Reais Associações e paguem quotas (25 ou 10 euros anuais, conforme mais ou menos de 30 anos), para conseguirmos um aumento notório dos meios à disposição do nosso Movimento, conferindo à Causa Real uma representatividade mais forte e uma maior visibilidade, que a tornem mais influente publicamente.

Termino lembrando um pensamento de Séneca: «Há muitas coisas que não nos atrevemos a empreender, não porque sejam difíceis, mas porque, considerando-as difíceis, não nos atrevemos a empreendê-las.»

O ideal monárquico é por excelência suprapartidário, e não se esgota num movimento, nem é um partido.

Jorge Leão é Presidente da Real Associação do Porto e membro da Comissão Executiva da Causa Real.

OPINIÃO E DEBATE

Contra a fragmentação da identidade

Samuel de Paiva Pires

samuelppires@gmail.com

*Não
deveríamos
deixar que
competisse
ao governo
dispor
como bem
entender de
celebrações
que
pertencem
ao domínio
da sociedade,
que são
reflexo dos
mitos
com que
inventamos
a nossa
nação.*

Recentemente, veio-me à memória uma aula de 2008 em que um conhecido professor da nossa praça afirmou que as crises de identidade são típicas das nações com hiper-identidade. Estamos sempre a falar da nossa identidade precisamente por termos identidade a mais. A nossa longa História nacional tem um peso enorme sobre os nossos ombros, hoje obrigados ao temor reverencial troikista. O nosso passado é de uma grandeza que nos faz sentir como pigmeus, muitas vezes deixando-nos sem saber como lidar com ele. Daí o nosso eterno retorno mental e retórico à época áurea do domínio sobre mares em todo o mundo. Daí, em parte, a nossa servidão voluntária quando nos pretendem impor ideias que são páginas novas no processo de apagamento da identidade portuguesa em curso.

Vem isto a propósito de um ataque do rolo unidimensionalizador do Estado, que, infelizmente, encontra quase sempre um aliado na enorme passividade da sociedade portuguesa em relação aos ataques por ele prosseguidos.

Refiro-me à anunciada extinção da celebração do Dia da Restauração da Independência, assim como do Dia da Implantação da República.

Por mais que não celebre o 5 de Outubro, não partilho da alegria que parece ter acontecido alguns monárquicos a respeito da extinção desse feriado nacional.

Primeiro, porque quando a extinção da celebração do 1.º de Dezembro já havia sido anunciada, nada mais restava ao governo senão extinguir também o 5 de Outubro; não o fazer seria ainda mais escandaloso, mas ter extinguido os dois é um acto de violência perpetrado sobre todos nós — era uma situação de perda para todos os portugueses, logo à partida, pelo que o melhor seria nunca ter acontecido.

Segundo, porque esta questão está envolta numa demagogia ignóbil, passada como economicismo pelos aprendizes de Maquiavel, como se a anulação de dias feriados fosse realmente resolver os problemas do País, quando o Estado continua a endividar-se e a gastar demasiado dinheiro dos contribuintes e sem ser verdadeiramente reformado.

Terceiro, porque acabámos todos a ser gozados pelo governo actual, para quem dividir para reinar parece ser o mote do processo de gaspar-alvarização em curso.

Infelizmente, passou a ser mais importante para alguns monárquicos celebrar a extinção do 5 de Outubro do que tentar preservar o 1.º de Dezembro, assim como para alguns republicanos o contrário também sucedeu, quando deveríamos, todos, estar unidos contra o Leviatã, porque — e em quarto lugar, *e o mais importante* —, não compete ao governo, ou pelo menos não deveríamos deixar que lhe competisse, dispor como bem entender de celebrações que pertencem ao domínio da sociedade, que são reflexo dos mitos com que inventamos a nossa nação.

Cito Passos Manuel: «Antes de eu ser de esquerda, ou de direita, já era da Pátria. A Pátria é a minha política.»

Sabemos que é na memória que cresce a história (Jacques Le Goff), e um povo sem memória é um povo sem futuro, pelo que importa não esquecer a nossa tradição e salientar, de acordo com José Adelino Maltez no seu recente *Abecedário Simbiótico*, que «Ser pela tradição é saber recuar, em pensamento e em entusiasmo, para, aprofundando o presente, dar raízes ao futuro e melhor se poder avançar».

Com saudades de futuro, neste nosso Portugal por cumprir, há que continuar a ser livre, isto é, a dizer Não, porque a essência do

© Homem Cardoso



homem livre é ser do contra — não renunciando nunca, antes pelo contrário, à participação cívica.

Como assinalou Camus, a revolta surge do espectáculo do irracional a par com uma condição injusta e incompreensível. Perante o ataque desferido, muitos continuam a não

compreender Fernando Pessoa quando nos diz que «O Estado está acima do cidadão, mas o Homem está acima do Estado».

Compete-nos fazer os possíveis e os impossíveis para acabar com esta violência sobre todos nós.

OPINIÃO E DEBATE

Escola para a submissão

João Távora

joao.lancastre.tavora@gmail.com

Educador de quatro crianças, encontro amiúde uma tão premente quanto velha questão com a qual fui há dias de novo confrontado, ao ajudar a minha filha num trabalho de História do 6.º ano sobre a Revolução Francesa. Passaram governos de direita e de esquerda, décadas sobre o PREC, mas parecemos conformados que ainda se ensine História pela cartilha do Materialismo Histórico...

É que dá muito trabalho desmontar da cabeça de uma criança a perspectiva de um passado maniqueísta, repleta de juízos explícitos sobre uma Nobreza opressora, um Clero interesseiro, uma Burguesia gananciosa e um povo oprimido, vítima de tudo o mais. Ensina-se aos miúdos que a história da humanidade é um campo de batalha entre as classes sociais (assim tornadas entidades corpóreas auto-conscientes), entre opressores e oprimidos, numa sucessão de acontecimentos cujo desenlace é a vitória dos bons sobre os maus, consubstanciada na modernidade de hoje.

Infelizmente ou felizmente, *a coisa* não funciona assim, e percebe-se que seja considerado perverso pelos pedagogos actuais revelar aos jovens estudantes «fontes», factos e pensamentos que denunciam a prevalência dum relativismo casuístico na História.

Custa a aceitar que Portugal não tenha força para reclamar um lugar de topo na história da civilização ocidental, quando, quase cento e cinquenta anos antes da Tomada da Bastilha, um documento fundacional, o *As-sento das Cortes de Lisboa em 1641*, proclamou a *legitimação democrática* de D. João IV: «Sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins [vida, liberdade e felicidade], cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la»; e «Nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela [nação] não emane expressamente».

De resto, quase duzentos anos depois de outorgada a Carta Constitucional, nesta república modernaça (aliás, hipotecada a estrangeiros), alguém acredita que a igualdade do cidadão perante a lei passou das intenções à realidade? E sabiam que, ao contrário do que acontecia na Idade Média — a que *eles* chamam «das trevas» —, é hoje possível adquirir-se, em Portugal, um relógio por 5 000 000 € ou um iate por 500 000 000 €, enquanto num subúrbio lisboeta uma família vive com 500 € mensais e uma outra, em África, tenta sobreviver com 1 € diário?

Querem impingir-nos uma linha condutora de tudo isto? Tenham paciência!!

Parecemos conformados que ainda se ensine História pela cartilha do Materialismo Histórico...



Resistência monárquica, 1929-65

José Adelino Maltez

A apresentação da candidatura Lisboa Realista às eleições para os novos órgãos sociais da Real Associação de Lisboa, 2012-2014 (v. Noticiário, p. 22), no Centro Nacional de Cultura, contou com uma palestra do Prof. José Adelino Maltez que logo nos pareceu merecedora de publicação. O autor aborda o tema no seu livro Tradição e Revolução, II, Tribuna da História, Lisboa, 2005. A ilustração e uma nota ao texto são da responsabilidade de Vasco Rosa.

Em Abril de 1929, a Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano edita o primeiro número da revista quinzenal *Política*, tendo como colaboradores Dutra Faria, Pinto de Lemos, Amaral Pyrrait e António Tinoco.

A morte de D. Manuel II, no exílio inglês, em 1932, coincide com a ascensão de Salazar à chefia do governo e, no primeiro conselho de ministros do mais longo gabinete da História portuguesa, o novo chefe decide promover funerais nacionais ao falecido. Assim enterra a monarquia em Portugal, dado que D. Manuel II poderia ser o seu principal opositor, caso estivesse vivo no dia seguinte ao fim da Segunda Guerra Mundial, onde toda a oposição democrática, com o eventual apoio dos Aliados, poderia desencadear uma restauração tanto da democracia como da monarquia.

Salazar faz uma espécie de enterro dos monárquicos quando diz que a morte levou D. Manuel II quando podia considerar-se preparado para ser rei, e sem deixar sucessor por descendência, salientando já não haver uma forte corrente doutrinária monárquica, porque à mística da virtude expressiva da superioridade essencial da forma republicana não está oposta uma forte corrente doutrinária. Rocha Martins, o jornalista monárquico que não apoia a chamada de D. Duarte Nuno, considera-se então entalado entre os

integralistas e os antigos monárquicos constitucionais, que ele considerava quase todos dependentes do emprego público, da banca, dos Governos. A nobreza mantinha-se no seu pedestal; alguém negociava, mas embrulhava-se nos pergaminhos. Para o povo, um duque ou conde não tinham significado. Hipólito Raposo e Luís de Almeida Braga declaram que não se mata uma causa por asfixia, nem se empreende uma regeneração nacional com ambiciosos e trânsfugas, gafaria moral de que são feitas, normalmente, as camarilhas dos adúladores.

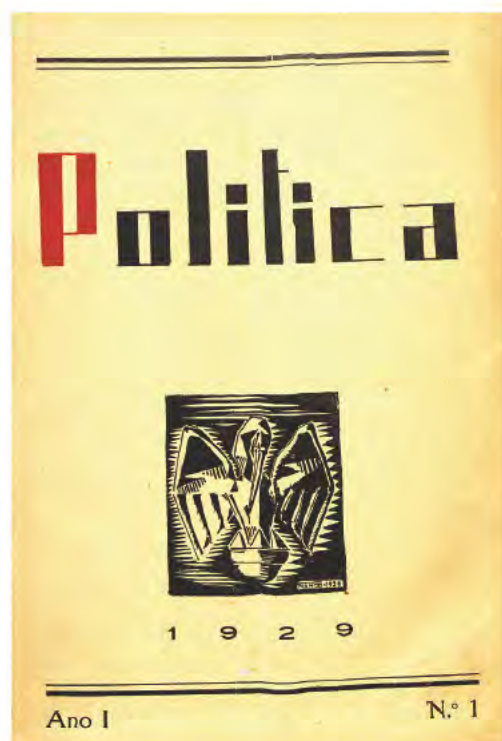
Entre os salazaristas, esboça-se tanto uma falange monárquica, em torno de Pedro Teotónio Pereira, como uma falange republicana, que invoca Manuel Rodrigues, os chamados «rodriguitas».

Em Fevereiro de 1934 monárquicos protestam contra a criação da Fundação da Casa de Bragança, com José Vaz Pinto, Domingos Pinto Coelho, Luís de Almeida Braga e Simeão Pinto Mesquita a refutarem a aliança que Salazar fez com Fernando Martins de Carvalho e Eduardo Fernandes de Oliveira, representantes de D. Amélia de Bragança.

Em 1935, o monárquico Afonso Lopes Vieira lança, nas *Éclogas de Agora*, uma violenta diatribe contra o método geométrico, cercitivo e glacial do salazarismo, considerado contrário ao parentesco dos portugueses.

[David Mourão-Ferreira, em conferência à Academia das Ciências de Lisboa por ocasião do centenário de Afonso Lopes Vieira, escreveu: «Conhecidas só de alguns, de quando em quando aludidas ou citadas por esses e outros mais, as *Éclogas de Agora*, publicadas por Afonso Lopes Vieira, em 1935, numa modesta edição quase clandestina (*et pour cause...*), permanecem **criminosamente ignoradas** da quase generalidade dos Portugueses e — o que ainda é mais grave — da esmagadora maioria dos nossos letrados, de grande número mesmo dos críticos ou “especialistas” da nossa literatura con-

OPINIÃO E DEBATE



«*Receio que um dia acordemos todos no fundo de um poço.*»
Luís de Almeida
Braga
ao Visconde do Torrão,
lugar-tenente de D. Duarte Nuno,
a 9 de Janeiro de 1938.

temporânea. Todavia, trata-se de um dos primeiros espécimes, se não do primeiro (pela minha parte, estou persuadido de que o é, pelo menos com tal amplitude), daquilo a que muito depois viria a chamar-se a “poesia de resistência” contra o regime instaurado em 1926, ou mesmo, como por vezes mais hiperbolicamente se chama, de “poesia de resistência ao fascismo”. De qualquer modo, se houve período tipificadamente “fascista” ao longo do que seria o mais dilatado regime ditatorial da Europa contemporânea, esse foi aquele em que justamente se insere a publicação das *Éclogas de Agora*.

«Editando-as a suas expensas, com o seu nome bem claramente impresso na capa, com a explícita indicação, também, de que o editor era o próprio autor, mas sem menção da tipografia onde o trabalho se realizara — a fim de evitar, obviamente, incómodos a terceiros —, Afonso Lopes Vieira só não terá cometido a inútil imprudência de pôr o folheto à venda (para quê provocar a sua imediata e maciça apreensão?); mas, em contrapartida, dele fez, segundo sei, uma tão larga distribuição por amigos e conhecidos, amigos de conhecidos e conhecidos de amigos, que bem se pode dizer ter corrido assim todos os demais riscos que a empresa implicava. E só haverá uma explicação para o facto de o seu autor não ter chegado a ser preso por essa vez: a críptica linguagem utilizada, que não tornava transparentes, a um largo público, as alusões que lá

se faziam», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe das Letras*, XX, 1979, p. 361. O destacado em tipo negro é nosso.

Cristina Nobre, na *Fotobiografia. Afonso Lopes Vieira 1878-1946*, informa que na Biblioteca Municipal de Leiria se encontram dois exemplares das *Éclogas de Agora* anotados com os nomes cifrados das personagens. Salazar é «Lísbio», Hipólito Raposo é «Hipério», António Sardinha é «Antonius», Dom. Duarte Nuno «Pastor», Paiva Couceiro «um bom velho», entre outros.

Em 1983 Cecília Barreira organizou e anotou uma edição de *Éclogas de Agora* para a editora Hêuris.]

Em 22 de Outubro de 1937, Paiva Couceiro escreve a Salazar: «Cantam-se loas às glórias governativas e ninguém pode dizer o contrário. O Portugal legítimo do Senão, Não foi substituído por um Portugal artificial, espécie de títere, de que o Governo puxa os cordelinhos. Vela a Polícia e o lápis da Censura. Incapacitados uns por esse regime de proibições, entretidos outros com a digestão que não lhes deixa atender ao que se passa, e jaz a Pátria portuguesa em estado de catalepsia colectiva. Está em perigo a integridade nacional. É isto que venho lembrar.» Salazar

OPINIÃO E DEBATE

XIV

ção política, só são verdadeiramente lícitos e permitidos os passos nas sombras da História, para evocações de vida-morta, mas, ainda assim, sem as claridades de evidência reflexa que possam molestar as susceptibilidades do dia de hoje, nas pessoas e nos intentos.

Para algum dia serem justos os nossos filhos, ao avaliar o pouco que se faz pelo mais que se deveria alcançar, nunca deverão esquecer-se de reconhecer a que limites se reduz agora o trabalho e o exercício da inteligência, inibido daquela independência crítica que, não se podendo manter com dignidade, menos vale do que a perfeita mudez.

Todo o encargo de doutrinação ou a satisfação de vanglória devem sacrificar-se à honra do juízo, quando ele não possa representar o livre exercício da razão política que já no conceito de Aristóteles distinguia o homem dos animais.

Para nos desculpar ou repelir importunidades estridulas, servirão de excessiva autoridade as palavras de Foch, o génio da vitória na maior guerra do mundo:

On fait ce qu'on peut...

Seria ocasião de cada qual projectar os seus anseios para as avançadas do futuro, mas o presente sabe prevalecer-se do passado em tudo quanto não lhe sirva de exautoração, e o dia de amanhã, a inércia e o comodismo geral resolvem-se a aceitá-lo sem previsão de esperança, à maneira das tribus cafres, ou dos espíritos cépticos e civilizados em alta escola de perversão...

Nestas condições, para conhecimento público do que se escreve, tanto vale o erro como o acerto.

Se o primeiro é condenável e o segundo plausível, um e outro andam equiparados, gozando com segurança de idêntico louvor nas vozes de salafários, nas gazetas de aluguer e nos livros de quantos, risonha e fartamente, se conformam com as transigências da acomodação ou com as obrigações do subórno.

Estas páginas representam um emprêgo de tempo que pareceria melhor consumido a meditar e a esclarecer, para revelar na medida do possível, alguns aspectos dos

XV

agudos problemas do espírito e da administração, nas condições político-sociais do nosso tempo.

Mas, pela intangível infalibilidade do Poder Público, o discurso sobre tais temas está vedado pelo Preventório da Letra de Fôrma, mesmo àqueles que, por dever de inteligência e crédito do passado, dariam mais certa segurança de se inspirar por intentos construtivos, com razões de boa lei e moral política.

E para não suscitar alarme nos leitores com tractos lisos, em que a verdade poderá ter-se diluído, como voz de clamor em deserto, ainda se lançam à conta de quem escreve a insuficiência patenteada e a falta de lógica da exposição, pois que o zelo da defesa logo manda recobrir os locais do delito por vegetação de palha ou de urze, sem flor nem fruto.

Tal procedimento vale por sanção punitiva, sem que aos leitores vulgares ocorra o dever de identificar o verdadeiro responsável do delito...

Assim, no regime de constrangimento que oprime a vida do espírito em Portugal, aos homens de carácter independente oferece-se, por mais prático, o recurso do silêncio, pois é menos nocivo e degradante ficar mudo do que parecer gago ou asmático.

Todos hão de reconhecer que, contra a rede de intriga e solertes cuidados de beaguins, nenhum sacrifício, por mais alto e digno pela coragem e desinteresse, poderia ser agora frutuoso para lição e exemplo, pelo forçado desconhecimento que o envolveria e pela indiferença obtida com a inacção habitualmente imposta.

Se aos gestores dos negócios públicos se afiguram manobras de traição as discordâncias reflectidas ou as oposições documentadas, esse exagerado capricho de defesa pouco representa, em face da dissolução moral a que diariamente vamos assistindo, sem contra ela poder gritar:

Aqui d'El-Rei!

Não nos serve de convencimento o exemplo da escravidão de outros povos, submetidos a maiores pressões ou a sangüinárias tiranias, porque os Portugueses, na sua vida histórica de oito séculos, habituaram-se a ver sem-

publica uma nota oficiosa sobre Paiva Couceiro, que em Dezembro é deportado para Espanha.

A 9 de Janeiro de 1938, Luís de Almeida Braga, em carta dirigida ao Visconde do Torrão, lugar-tenente de D. Duarte Nuno, faz críticas ao regime: «Receio que um dia acordemos todos no fundo de um poço.»

No fim de Janeiro de 1940, é apreendido, à saída da tipografia, o livro de José Hipólito Raposo *Amar e Servir. História & Doutrina*, editado no Porto pela Livraria Civilização. No prefácio (v. acima), denuncia-se o regime de constrangimento que oprime a vida do espírito em Portugal, bem como a dissolução

moral que diariamente vamos assistindo. Condenam-se os totalitarismos como o nazi e denuncia-se o arbítrio pessoal do salazarismo.

Luís de Almeida Braga escreve: «A Nação é diversa, diversos corpos a formam; o Estado é uno, e a sua função máxima consiste em unificar os vários corpos de que a Nação se compõe. E não seria nunca o Estado esse necessário unificante se também ele fosse colectivo, quer dizer, se também ele se encontrasse repartido, em si mesmo acalentando um constante princípio de divisão. A Nação corporativa não é o Estado... Confundindo corporativamente a Nação e o Estado, o interesse nacional pronto se verá sacrificado à

OPINIÃO E DEBATE

Em 1950, manifesto dos sobreviventes do Integralismo Lusitano denuncia que à truculência jacobina da Anti-Nação sucedeu a hipocrisia da Pseudo-Nação.

voracidade dos egoísmos profissionais. As Corporações serão então o Estado. E ao abandonarem assim as suas funções naturais de produtores da riqueza para exercer as de administradores políticos da Cidade, esses Corpos ordenados lançam-se em preservante guerra uns com os outros, na insofrida concorrência a que, à custa da Nação, todos se entregam para a conquista dos maiores lucros.

Em Março de 1943, realiza-se em Coimbra a II Semana Social Católica, sob o tema Bases Cristãs de uma Ordem Nova.

A 1 de Setembro desse ano, José Pequito Rebelo escreve ao Visconde do Torrão: «Há muita razão para desconfiar das boas intenções do Poder quanto à Monarquia.»

Surgem monárquicos como Francisco Vieira de Almeida (1888-1962) a denunciarem o pessoalismo do poder. Refira-se, também, a criação de outros grupos, como o Centro Nacional de Cultura, fundado em Dezembro desse ano por um grupo de monárquicos não alinhados com o regime, sob a liderança de Fernando Amado.

Um Manifesto dos sobreviventes do Inte-

gralismo Lusitano, Alberto de Monsaraz, Hipólito Raposo, José Pequito Rebelo e Luís de Almeida Braga, reconhece algum esforço do Estado Novo no sentido da nacionalização do regime, mas denuncia que à truculência jacobina da Anti-Nação sucedeu a hipocrisia da Pseudo-Nação, referindo a viciação e perversão da doutrina.

Consagra-se uma clara oposição monárquica ao regime, desencadeada, aliás, logo no dia 2 de Junho de 1926, quando alguns oficiais do 28 de Maio queriam restaurar a Carta Constitucional e estabelecer uma Junta de Regência. O processo passa também pelo desterro de Paiva Couceiro e de Hipólito Raposo. Abolidas as leis da proscrição do ramo miguelista dos Braganças, estabelecidas em 19 de Dezembro de 1834, Dom Duarte Nuno pôde regressar a Portugal a 21 de Abril.

Integrada na campanha oposicionista, surge a palestra de Rolão Preto aos microfones do Rádio Clube Português, *Tudo pelo Homem, nada contra o Homem* (31 de Outubro de 1953; v. acima), onde fala no salazarismo como revolução a frio, esquematizada pela



OPINIÃO E DEBATE

II. A CRISE DO REGIME

Estamos vivendo uma hora forte, uma daquelas horas inconfundíveis em que a História nos bate à porta para registar as cobardias e os heroísmos, os abusos e os sofrimentos, todas as responsabilidades do povo e do regime perante o seu tempo e perante a expectativa dos seus destinos.

Povo e governantes, todos farão bem em pesar essas responsabilidades. O povo, para assumir a plenitude de uma consciência a que o têm furtado as circunstâncias; os governantes, para cumprirem o seu dever para com o povo. É que os governantes estão diante desta realidade histórica: o ciclo político começado com a marcha do Exército sobre Lisboa, em 28 de Maio de 1926, está encerrado.

O regime que saiu da intervenção militar, regime a que o chefe do actual governo definiu a estrutura e ordenou a marcha, não conseguiu realizar o primeiro dos seus objectivos: — A unidade da Nação sob a égide do sistema.

10

NADA CONTRA O HOMEM

Com efeito, a apresentação de candidaturas democratas, passados 27 anos de regime unitário e, com a agravante de que parte delas se referem a homens novos, já nascidos, politicamente, na vigência do regime, os sintomas de deslocação interior no partido do governo, como no caso de Aveiro, partido cuja unidade só se assegura pelo prestígio do chefe; a necessidade em que se vê o regime de manter, como na primeira hora, medidas anormais de defesa, como a Censura, os entraves à liberdade de reunião e à liberdade de associação; o evidente e crescente interesse da opinião pública pelas ideias que se mostrem contrárias às instituições; e — porque não apontá-la? — a farândola mal disfarçada, tantas vezes, em que se movem as ambições dos delfins do regime, eis outras tantas provas de que a grande crise está aberta e outros tempos se aproximam.

Na angústia desta hora de divisão e luta, uma coisa é certa: — daqui em diante, todos os caminhos que se procurarem para a reconciliação dos portugueses, terão de passar pela Liberdade.

Ao cabo de 27 anos, os portugueses reconhecem que o homem só é homem quando é livre. Tinha que ser assim.

11

razão, conduzida pelos caminhos da inteligência como se fosse uma experiência de laboratório, repetindo o que acerca do Estado Novo disse Miguel de Unamuno em 1935 — «um fascismo de cátedra». Dias depois, a 2 de Novembro, a Causa Monárquica apela ao voto nos candidatos monárquicos da União Nacional, defendendo a abstenção eleitoral nos círculos onde estes não concorram.

Em 1954, Salazar e D. Duarte Nuno confrontam-se sobre o destino dos bens da Casa de Bragança, enquanto, em Espanha, Francisco Franco chega a acordo com D. Juan de Bourbon sobre a educação do príncipe Juan Carlos, visando a restauração da monarquia em Madrid.

Em 1957, surge um movimento de monárquicos oposicionistas, onde se destacam Fernando Amado, João Camossa e Gonçalo Ribeiro Telles.

Monárquicos participam nas movimentações da Revolta da Sé, de 1959.

Candidatam-se em 1961, juntando-se-lhe Francisco Sousa Tavares, Mário Pessoa e Fernando Vaz Pinto. Ainda têm intervenção nas eleições de 1965.

BIBLIOTECA



A publicação deste livro de António de Sampayo e Mello é um acontecimento editorial que merece, por si só, uma referência, já que são escassas as obras vocacionadas a pensar o próprio regime.

O autor conhece, como poucos, a génese do actual movimento monárquico português, é um cultor apaixonado do nosso País e da portugalidade e vem, de há muito, reflectindo sobre os caminhos possíveis para Portugal. Este livro é, pois, o resultado da sua reflexão sobre um caminho possível. É a reflexão de uma voz autorizada e, sobretudo, credível, já que mostra um pensamento próprio, que não tendo a preocupação da originalidade, rejeita o exercício do copista intelectual.

Vivemos de certo modo acomodados à ideia de fatalidade ou de inelutabilidade de um regime, como se o que se vivia há 150 anos fosse exemplar, como se o que vivemos hoje não pudesse ser alterado ou, ainda, como se qualquer regime fosse, por inteiro, ou só bom ou apenas mau. Não encontrará o leitor neste livro maniqueísmos deste género.

Em 194 páginas de leitura acessível mas muito documentada, António de Sampayo e Mello sugere-nos um excuro que passa pelos pontos que considera fundamentais da essência do monarquismo, sem temer a comparação com o sistema republicano, ilustrando os seus pontos de vista com muitos exemplos fundados no direito comparado e em experiências de outros tempos ou de outros lugares, que muito contribuem para a

construção do que penso poder ser apresentado como um verdadeiro discurso legitimador.

O autor, na verdade, não teme comparações. Antes baseia nelas uma linha argumentativa que, mais do que vender uma solução pré-conceitual ou axiomática, procura despertar consciências e levar os leitores à descoberta de várias possibilidades em presença. E não receia o autor tão-pouco reflexões de tipo jurídico se delas entende poder extrair um argumento ou ilustrar uma proposição.

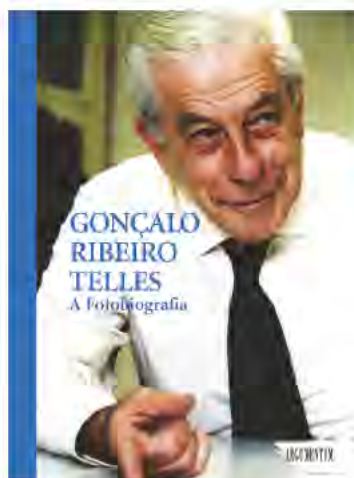
Claro que nem tudo o que defende António de Sampayo e Mello é consensual. Não era esse seguramente o objectivo do autor com um livro desta natureza e com este alcance. Mas mesmo quando o leitor for levado a discordar, o que acontecerá, estou certo, algumas vezes, terá de reconhecer que não houve nesta obra a intenção de ceder à polémica fácil e gratuita.

Tanto quanto é do meu conhecimento este é, de há uns anos a esta parte, o primeiro contributo para a construção teórica do monarquismo português contemporâneo. Cumpriria este livro, em absoluto, a sua missão se motivasse outros pensadores a empreenderem reflexão semelhante. Porque o caminho faz-se assim. Passo a passo. Rumo à meta.

Numo Pombo



Os sócios da Real Associação de Lisboa e outros associados da Causa Real podem adquirir este livro na nossa sede, ou através da loja virtual, por 17,50 € mais portes postais. O PVP é de 19,40 €.



Uma fotobiografia — sabemos-lo bem — é um género editorial que consiste num roteiro visual da vida de uma personalidade pública de reconhecido mérito. Dadas as suas limitações, se não conseguir ser uma destilação refinada, pode com muita facilidade abreviar grosseiramente o que é extenso ou simplificar em demasia o que é entrançado, deixando de fora, tangencialmente que seja, o essencial. Sendo o biografado um arquitecto paisagista, quer isto dizer, uma personalidade criativa capaz de harmonizar pequenos mundos em mutação constante, por acção de ciclos, sobreposições, desgastes e erupções, e, além disso, um político visionário com um protagonismo (diria mesmo: uma paciência!)¹ de décadas e um professor pioneiro e carismático, o grau de exigência deste tipo de livro alcança níveis tais que dificilmente deixa satisfeitos todos aqueles que reconhecem no biografado uma figura excepcional.

Assim acontece com este livro dedicado a Gonçalo Ribeiro Telles, 89.

Publicado pela Argumentum, editora voluntariosa que dedica atenção particular à arquitectura, coisa raríssima entre nós, além de muito inquietante, pela omissão alheia, e lançado na Fundação Calouste Gulbenkian no contexto de uma homenagem que ali lhe foi feita (enquanto lá fora, no jardim, trabalhos de renovação aconteciam sob a sua direcção pessoal), este álbum é sem dúvida um *trabalho de devoção e de gratidão* que vem alinhar-se na estante com outros (sem contar,

claro está, com a sua própria bibliografia — que aguarda ainda uma edição de tipo Obra Completa, pois, por incrível que pareça, não existe uma bibliografia integral do muito que pensou, escreveu e disse), especialmente *Esboço Biográfico*, também de Fernando Santos Pessoa (Costa do Castelo Filmes, Lisboa, 2002, 107 pp.) e *A Utopia e os Pés na Terra*, do Museu de Évora (2003, 343 pp.), obras onde a vida e obra do arquitecto e do político são vistas prismaticamente através de depoimentos de amigos, colegas e discípulos, ou da análise dos seus principais trabalhos.

Não é possível começar uma aproximação a Ribeiro Telles por esta *Fotobiografia*. A sua longa vida de «resiliência e generosidade», como um dia escreveu Leonor Cheis de Sousa, não se deixou captar devidamente, completamente, neste portefólio de imagens privadas e públicas (por evocativas que sejam e são), nem o autor, arquitecto paisagista também ele, adoptou aqui, digamos assim, os princípios da clara composição paisagística e do ordenamento do território (neste caso, o «território biográfico») que nas memórias descritivas, artigos e proclamações Gonçalo Ribeiro Telles explicitou de modo tão nítido, ou sequer tentou compensar com uma pesquisa desenvolta e incansável a magra iconografia que a notória discrição pessoal do biografado, um português *de serviço* («cavaleiro medieval que trava o bom combate», em palavras do Senhor Dom Duarte), naturalmente haveria de conceder-lhe.

Agradecemos-lhe mesmo assim, sinceramente. Todos, monárquicos ou não, intuimos que o portuguesismo e o ideário da «paisagem global» do arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles — que começou a trabalhar como jardineiro no Sanatório D. Manuel II, em Gaia — é e haverá de continuar a ser exemplo e estímulo para muitas gerações adiante.

Vasco Rosa

¹ Em 1962-63, Ribeiro Telles escreveu uma série de artigos intitulada «Lisboa assassinada». Retomou o título dezassete anos depois, noutra série, no diário *A Capital*. Poderia retomá-lo de novo, agora...

NOTICIÁRIO

Lisboa Realista arrancou no Centro Nacional de Cultura

11 de Fevereiro de 2012

O emblemático Centro Nacional de Cultura foi o palco escolhido para a apresentação da candidatura Lisboa Realista aos Órgãos Sociais da Real Associação de Lisboa, num evento que decorreu no passado dia 11 de Fevereiro e que juntou cerca de 60 monárquicos.

O encontro teve início com uma intervenção do Professor José Adelino Maltez, prestigiado cientista social e politólogo, que traçou brilhantemente a história do movimento monárquico nos últimos 100 anos, com especial incidência para o período do Estado Novo (v. acima, pp. 15-19). O palestrante, cujas simpatias realistas são públicas, destacou a importância do CNC — fundado por veteranos da Pátria como Barrilaro Ruas e Fernando Amado — como catalisador do

ideal monárquico e lusíada.

Seguiu-se a exposição de Nuno Pombo, líder da única lista candidata aos órgãos da Real. Começou por reconhecer o importante trabalho de consolidação da Associação levado a cabo pela direcção cessante, e que servirá agora de alicerce à acção da nova equipa. Assumindo a vocação inclusiva da sua lista, aberta a todos os talentos monárquicos e sobretudo às novas gerações, Nuno Pombo vincou a centralidade que a Instituição Real assume no contexto de crise profunda que o País atravessa, realçando que apenas a Casa Real, «reserva moral e intemporal da Nação», está em condições de concretizar integralmente o projecto de Portugal e de uma Civilização Lusíada, conceito que volta agora a ser vital.

Por último, apresentou o Compromisso da sua candidatura, caracterizado por uma proximidade às bases e forças vivas da região, em permanente ligação com a Causa Real e no respeito absoluto por S. A. R. o Senhor Dom Duarte Pio, chefe da Casa Real Portuguesa.

[J. M. T. A.]

Na fotografia, a quase totalidade da equipa da Lisboa Realista. Da esquerda para a direita: Samuel de Paiva Pires, Duarte Seabra Calado, Tânia Trindade Tomaz, Duarte Calvão, Nuno Pombo, Luís Miguel Barata, João Távora, João Mattos e Silva, Douglas Lima, Mariana Filipe. Ausentes: Raul Bugalho Pinto e José Maria Tavares de Almeida.

Vasco Rosa



Novos Sócios



Nuno Miguel Guedes, 47 anos, lisboeta
Jornalista, bloguista e argumentista

Quando se tornou monárquico?

Eu não nasci monárquico, escolhi ser monárquico. Foi por volta dos 19-20 anos, no período que entrei para a faculdade.

Por que fez essa escolha?

Acho que foi quando descobri que, ao contrário do que eu pensava, e que muita gente pensa, a monarquia não era uma coisa de princesas, coches e contos de fada, mas uma solução prática que melhora a vida de todos.

Essa descoberta deveu-se muito à minha curiosidade em perceber por que tanta gente que eu considerava brilhante, como Miguel Esteves Cardoso, o poeta João Miguel Fernandes Jorge, o arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, se declarava monárquica. E tive a sorte de conhecer também nessa altura Henrique Barri- laro Ruas, que me influenciou

bastante, e de assistir a umas conferências no Grémio Literário.

E porque aderiu agora?

Era meu dever corresponder ao apelo do Senhor Dom Duarte no sentido de os monárquicos se juntarem às Reais Associações. Até agora, as instituições monárquicas que me poderiam representar tinham pouco interesse e preferia contribuir de forma individual. Neste momento, parece-me que posso contribuir de outra forma. E que, se for para criticar, é melhor fazê-lo estando dentro e não de fora.

O que acha que a RAL deveria fazer melhor?

A RAL tem estado a pôr a casa em ordem, o que nem sempre dá grande visibilidade, mas é um trabalho muito importante. Deveria haver mais criatividade

na forma de seduzir filiados, sobretudo os mais novos. O *Correio Real* é uma ideia bastante rejuvenescedora, pois mostra que não somos excêntricos e bolorentos. Temos que fazer mais para ir ao encontro dos muitos jovens que têm curiosidade pela monarquia. Temos que ser mais criativos, não ficar pelas arruadas e acções no género, mas também sem fazer rupturas.

Como jornalista, como vê a maneira como a Comunicação Social trata os monárquicos?

Trata-nos como um grupo folclórico. Individualmente, até nos pode tratar bem, mas colectivamente continua a pensar que somos todos aristocratas e pasadistas. Têm os mesmos preconceitos que muitas pessoas têm. É uma imagem que importa mudar. [D. C.]

Campanha de novos sócios Real Associação de Lisboa

Inscreva um familiar ou um amigo!

Apoie a nossa Causa e ganhe uma T shirt Monarquia Portugal.

Preencha e envie-nos o formulário junto e receba na volta do correio esta T shirt.

Quota anual mínima apenas 25€

Quota anual
apenas
25,00€





Seja responsável. Beba com moderação.

F O R N E C E D O R O F I C I A L
D A C A S A R E A L



SAGRES
BOHEMIA

SAGRES BOHEMIA ORGULHA-SE DE SER A HERDEIRA
DAS COMPANHIAS DE CERVEJA FORNECEDORAS DA CASA REAL PORTUGUESA.